

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de tablete de tricloro e fluorsilicato de sódio de 200 gramas, solução indicadora DPD frasco de 500 ml e tablete de tricloro 200 gramas com 90% de teor ativo, destinados para tratamento de água potável e do sistema de esgoto do município, conforme especificações abaixo:

✓ **Item 1:** Aquisição de **06 (seis) unidades:** DPD (Dietil-p-fenilenodiamina) líquido 500 ml, Reagente Dietil-p-fenilenodiamina (DPD). Esse reagente é especialmente formulado para reagir com o cloro presente na água, gerando uma coloração que permite a medição precisa dos níveis de cloro livre e total.

✓ **Item 2:** Aquisição de **4.000 (quatro mil)** unidades de tablete de 200 g de tricloro com 90% de teor ativo, a serem utilizados no tratamento de água nas lagoas de tratamento de esgoto.

✓ **Item 3:** Aquisição de **13.125 (treze mil, cento e vinte cinco)** unidades de tablets de 200g com 50% de ácido Tricloroisocianúrico e 50% de Fluorsilicato de Sódio, a serem utilizados no tratamento de água dos poços semi-artesianos.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de tablete de tricloro e fluorsilicato de sódio de 200 gramas, solução indicadora DPD frasco de 500 ml e tablete de tricloro 200 gramas com 90% de teor ativo, destinados para tratamento de água potável e do sistema de esgoto do município.

O objeto desta contratação, é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações.

Os serviços a serem contratados foram parcelados, na forma do artigo 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DO OBJETO ACIMA:

Item 01: Esse reagente é especialmente formulado para reagir com o cloro presente na água, gerando uma coloração que permite a medição precisa dos níveis de cloro livre e total.

Item 02: Produto destinado ao tratamento de água nas lagoas de tratamento de esgoto.

Item 03: Produto destinado ao tratamento de água potável.

JUSTIFICATIVA:

A aquisição de pastilhas é necessária para o tratamento de desinfecção e manutenção dos padrões de potabilidade da água dos poços artesianos, em cumprimento a Portaria GM/MS 888/21 do Ministério da Saúde.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se a aquisição de tablete de tricloro e fluorsilicato de sódio de 200 gramas, solução indicadora DPD frasco de 500 ml e tablete de tricloro 200 gramas com 90% de teor ativo, destinados para tratamento de água potável e do sistema de esgoto do município.

Outrossim, pretende-se, com a contratação, cumprir a legislação que trata de assunto, seja Federal, Estadual ou Municipal, especialmente a Portaria Federal de consolidação GM/MS nº 05/2017 alterado pela portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021.

Além de garantir a qualidade da água para a distribuição e abastecimento público para a cidade de Taiúva-SP.

CICLO DE VIDA DO OBJETO:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

SUBCONTRATAÇÃO:

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

DA AQUISIÇÃO:

Por item. Definidas no Estudo Técnico Preliminar.

SOLICITAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

O objeto licitado será requisitado, por requisição de compras, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exclusivamente pelo Departamento de Compras, de acordo com o quantitativo de interesse momentâneo.

A **DETENTORA** deverá entregar os produtos, conforme as quantidades e necessidades demandadas e informadas nas **requisições ou autorizações de fornecimento**, expedidas pelo Departamento de Compras.

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

A **DETENTORA** do **Item 3 – Tablete de Tricloro e Fluorsilicato de Sódio de 200 Gramas** deverá fornecer em regime de comodato os equipamentos dosadores destinados à utilização do produto, nos modelos abaixo, obrigando-se a fazer a instalação **prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após ato convocatório**, sem qualquer ônus para a **ADMINISTRAÇÃO**, a saber:

- a) 04 (quatro) Equipamentos com capacidade para 20 (vinte) tabletes cada;
- b) 10 (dez) Equipamentos com capacidade para 10 (dez) tabletes.

Caso não seja cumprido o prazo supramencionado será aplicada as penalidades cabíveis.

A **DETENTORA** do **Item 3 – Tablete de Tricloro e Fluorsilicato de Sódio de 200 Gramas** fornecedora dos equipamentos dosadores em comodato será responsável pela manutenção preventiva, corretiva, fornecimento e reposição de peças, e instalação dos sistemas de cloração mais fluoretação adequadas a cada tipo de poço, com injeção na rede de abastecimento direta e indireta, independente da vazão ou pressão.

Com relação a **manutenção dos equipamentos**, a **DETENTORA** deverá **obrigatoriamente realizar a mesma no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas**, após a solicitação da **ADMINISTRAÇÃO**, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

O tratamento contínuo de CLORO e FLÚOR, são necessários para cumprimento da Portaria nº 888/2021, do Ministério da Saúde, onde a recomendação da água fornecida contenha teor mínimo de 0,2 miligramas por litro (mg/L) a 2,0 miligramas por litros (mg/L) de cloro residual, e também a Lei Federal nº 6.050 de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fluoretação das águas de sistemas de abastecimento, obtendo-se 0,60 (mg/L) a 0,80 (mg/L).

Esses sistemas instalados não poderão causar queda de vazão na água distribuída, não sendo permitida a instalação de registro diferencial de pressão, deverão ser ecologicamente corretos, não produzir resíduos, não usar energia elétrica, não usar soluções químicas e a reposição da carga de cloro/flúor, além de não interromper a cloração e fluoretação, não deverá causar emissão de gases ao Meio Ambiente.

Os sistemas deverão ser protegidos contra intempéries e contra outros fatores que poderiam danificá-los interrompendo ou alterando a dosagem de cloro/flúor.

Uma vez requisitado pelo Departamento de Compras, o objeto deverá ser entregue e descarregado, **no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data do pedido, por conta da **DETENTORA**, sem qualquer acréscimo ou ônus à **ADMINISTRAÇÃO, no Almoarifado do Paço Municipal, na Rua 21 de Abril, nº 334, Centro, Taiuva-SP.**

A(s) **DETENTORA(S)** dos Tabletes de Tricloro com 90% de Teor Ativo (Tricloro-S-Triazina-Triona) (**Item 2**) e dos Tabletes de 50% de Ácido Tricloroisocianúrico e 50% de Fluorsilicato de Sódio (**Item 3**) deverão ser fornecidos em potes com no máximo 10 (dez) unidades/200g para facilitar armazenamento e transporte dos mesmos.

Os produtos deverão ser fornecidos devidamente embalado e rotulado, com a especificação de sua composição química, modo de aplicação ou utilização, nº do lote, data de fabricação, data de validade, nome do fabricante e nome do químico responsável.

A **DETENTORA** deverá possuir veículo próprio que forneça boas condições de transporte dos produtos, devendo estar em perfeitas condições de uso.

A **DETENTORA** deverá possuir pessoal qualificado e apto para execução da entrega.

O horário de entrega será das **8h às 16h** de segunda a sexta.

O descumprimento, injustificado, de entrega parcial ou total dos itens pedido, no prazo determinado, acarretará as sanções estipuladas nesta Ata e na lei de regência.

As justificativas pela inadimplência serão levantadas à veracidade e juízo de plausibilidade e aceitação administrativa.

O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, contados de cada entrega do respectivo lote.

Eventualmente, poderá haver a exceção de que trata o item acima a juízo exclusivo do agente responsável do setor, desde que solicitado pelo adjudicatário até 01 (um) dia útil, contado do pedido.

O Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

As entregas fora dos dias e horários do expediente municipal poderá caracterizar o descumprimento da entrega em face da ausência de servidor municipal competente ao recebimento.

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento do objeto.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal Eletrônica correspondente.

CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:

Caso haja necessidade de cancelamento, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

GESTÃO DO CONTRATO:

O CONTRATO/ARP deverá ser executado, fielmente, pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.

O fiscal do contrato será o Químico Municipal o Sr. Anderson Carlos Calfa, o qual irá atestar o recebimento e procederá à verificação da entrega e dará aceitação do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O objeto desta licitação, será executado pelo período de 12 (doze) meses a contar da data da notificação de adjudicatário da Ata de Registro de Preços.

ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Os objetos entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e exigências constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente após ciência da contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

Os pagamentos serão efetuados, condicionados à liquidação e apresentação da nota fiscal eletrônica.

A nota fiscal eletrônica/fatura será paga em até 30 (trinta) dias contados da liquidação, por depósito bancário na conta do fornecedor.

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor unitário, observadas as exigências deste termo de referência.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO:

Para habilitar os interessados em participar do certame serão exigidos, os seguintes documentos relativos a:

Habilitação Jurídica;

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

Qualificação Técnica Profissional e Operacional;

Qualificação Econômico Financeira;

Declarações Complementares.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro ou inscrição na entidade comercial competente;

Alvará de Licença Sanitária Estadual ou Municipal da licitante;

Laudo de Avaliação de Conformidade de Produtos Químicos para Tratamento de Água e Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde – LARS, conforme ABNT NBR 15784/2014, Consolidação 05/2017 atualizada pela Portaria 888/2021 do MS;

FISPQ- Ficha de Informações de Segurança do Produto Químico, compatível ao objeto licitado;

Registro do produto junto a ANVISA ou declaração emitida pela ANVISA dispensando o registro do produto Tabletes de 200 gramas com 50% de Ácido Tricloroisocianúrico e 50% de Fluorsilicato de Sódio e Tabletes de 200 gramas de Tricloro com 90% de Teor Ativo (Tricloro-S-Triazina-Triona) junto ao órgão;

Comprovação de Baixo Risco a Saúde pelo uso de produto químico em tratamento de água para consumo humano (CBRS) emitido pela empresa fabricante do produto, devidamente assinada por seu responsável;

Em relação aos equipamentos dosadores a serem instalados em regime de comodato nos locais indicados pela Prefeitura, eles **deverão** possuir Relatório de Ensaio emitido pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) com a aprovação de resistência a pressão do equipamento em no mínimo 18 Bar ou 1.800 kPa;

As solicitações dos documentos exigidos nos itens acima são necessárias, uma vez que o produto interfere na qualidade da água a ser distribuída à população, que deve seguir os parâmetros exigidos pela Portaria nº 2914/2011, Consolidação 05/2017 atualizada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 888/2021;

Termo de comodato assinado.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis.**

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício exigível.

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (**ECD-SPED**), **pelo Agente Receptor SERPRO (Modelo Demonstrativo), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis.**

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS (Modelo Demonstrativo), dos dois últimos exercícios exigíveis;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o DEFIS, limitar-se-á ao último exercício exigível.

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial.

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura.

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);

Liquidez Corrente (LC); e

Endividamento (E).

Tais índices serão calculados como se segue:

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$

$LC = (AC / PC);$

$E = (PC + ELP) / PL.$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

Serão exigidos índices de:

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de um contador que esteja respondendo, sob sua responsabilidade, pela licitante.

As certidões terão validade pelo prazo nela consignados e quando omissão terão validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Junto as documentações, os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

Declaração de Idoneidade **(Modelo)**;

Declaração dos Requisitos de Habilitação **(Modelo)**;

Declaração de Não Vínculo **(Modelo)**;

Declaração de Exame do Edital **(Modelo)**;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal **(Modelo)**;

Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD-SPED **(Modelo Demonstrativo)**;

Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais – DEFIS **(Modelo Demonstrativo)**;

Declaração que, se vencedora, irá disponibilizar pessoal técnico **(Modelo)**;

Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 **(Modelo)**;

Declaração de que no preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, estadias, alimentos, transportes, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos trabalhos objeto desta licitação **(Modelo)**;

Declaração de Conhecimento e Aceite da Ata de Obrigações Vinculadas **(Modelo)**;

Declaração de participante na condição de comodato **(Modelo)**;

Planilha de Itens de Amostra **(Modelo)**;

Planilha de Avaliação das Amostras **(Modelo)**.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor unitário, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais;

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura;

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante;

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada;

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor global por item.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO:

Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço.

Garantir a boa qualidade do objeto fornecido.

Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.

Seguir todas as normas de segurança do trabalho, como o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e demais equipamentos necessários para a execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelo fornecimento, em quantidade necessária, de todos os equipamentos e demais acessórios relativos à proteção individual (EPI's), a serem utilizados durante o período de execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelos custos de alimentação, deslocamentos, materiais e equipamentos dos prestadores de serviços, necessários à execução do objeto contratado.

Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos, quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto contratado.

Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.

Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso, que se refiram à Administração Pública ou qualquer outra que, pela sua natureza, não devam ser divulgadas.

Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá a análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções nas esferas penal e civil.

Responder civil ou criminalmente, por eventuais danos causados, por sua culpa ou dolo, por seus prestadores de serviços ao contratante ou a terceiros, devendo indenizar todos os prejuízos ocasionados.

Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, facultando-se à contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.

Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE:

Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto.

Indicar os servidores que serão responsáveis por acompanhar a prestação dos serviços.

Licenciar o evento, em âmbito municipal e estadual, incluindo as normativas do Corpo de Bombeiros, dentre outras exigidas por leis, se for o caso, em conformidade com a documentação apresentada pela contratada.

Notificar a contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato.

Tomar as providências administrativas cabíveis, no caso da empresa vencedora da licitação não cumprir as exigências previstas neste Termo de Referência e seus Anexos.

Preparar e instruir para pagamento, as faturas apresentadas e remetê-las a tempo ao setor competente.

Efetuar o pagamento, com as devidas retenções legais, após a prestação do serviço.

Atualizar monetariamente, ao dia, no caso de atraso no pagamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções

Administrativas:

Advertência;

Multa;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.